

A ABORDAGEM DA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NO ENSINO FUNDAMENTAL EM AMBIENTE DE CONTATO DIALETAL: BREVE ANÁLISE SOBRE O DIZER E O FAZER DE UMA PROFESSORA ALFABETIZADORA¹

THE APPROACH TO LINGUISTIC VARIATION IN ELEMENTARY SCHOOL IN A DIALECTAL CONTACT ENVIRONMENT: A BRIEF ANALYSIS ON THE SPEECHES AND THE PRACTICES OF A LITERACY TEACHER

FERRAZ, Leonardo²

Resumo: Neste artigo, buscamos refletir sobre a relação entre as crenças de uma professora alfabetizadora sobre variação linguística e suas atitudes frente a este fenômeno em ambiente de contato dialetal. Assumindo como pressuposto teórico a heterogeneidade ordenada dos sistemas linguísticos (LABOV, 2008 [1972]), e situando-o nos debates propostos pela Sociolinguística Educacional (BAGNO, 2008, 2013; BORTONI-RICARDO, 2004, 2005), observamos que há uma incongruência entre o que é dito e o que é efetivamente feito, revelando, portanto, uma pedagogia ainda distante das reflexões sociolinguísticas.

Palavras-Chave: Variação Linguística; Contato Dialetal; Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Abstract: In this article, we seek to discuss the connection between the beliefs of a literacy teacher about linguistic variation and her actions towards this phenomenon in an environment of dialectal contact. Assuming as a theoretical premise the orderly heterogeneity of linguistic systems (LABOV, 2008 [1972]), and placing it in the debates proposed by Educational Sociolinguistics (BAGNO, 2008, 2013; BORTONI-RICARDO, 2004, 2005), we observe that there is an incongruity between what is said and what is actually done, revealing, therefore, a pedagogy that is still distant from sociolinguistic discussions.

Keywords: Linguistic Variation; Dialectal Contact; Early Years of Elementary School.

Como citar este artigo?

FERRAZ, L. A abordagem da variação linguística no ensino fundamental em ambiente de contato dialetal: breve análise sobre o dizer e o fazer de uma professora alfabetizadora. *Mosaico*. São José do Rio Preto, v. 20, n. 1, p. 283-298, 2021.

¹ Este artigo é fruto de um recorte de discussões e resultados do Trabalho de Conclusão de Curso “A percepção de crianças e professoras de alfabetização sobre variação linguística em ambiente de contato dialetal”, desenvolvido pelo autor, orientado pela Profa. Dra. Gisele Cássia de Sousa (DELL/IBILCE) e apresentado em sessão pública de defesa, ocorrida em março de 2021. Agradeço, inclusive, à Profa. Gisele pela orientação no desenvolvimento da pesquisa e pela leitura cuidadosa do texto que aqui se apresenta.

² Graduando do curso de Licenciatura em Pedagogia na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas (IBILCE), São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil. E-mail: prof.leonardoferraz@gmail.com. Orientadora: Profa. Dra. Gisele Cássia de Sousa.

1 Introdução

Como é sabido, especialmente a partir da segunda metade do século XX, houve um grande fluxo migratório de nordestinos e nortistas para outras regiões brasileiras, principalmente para a região Sudeste, por diversos motivos, dentre os quais se destacam as dificuldades climáticas que prejudicam as atividades de plantio e colheita e a falta de oportunidades de estudo e emprego para os cidadãos das regiões Norte e Nordeste do país.

Além das capitais dos estados, diversas cidades do interior também são destinos dessa população, que vem em busca de trabalho e melhores condições de vida. O município de Palmares Paulista, localizado no interior do estado de São Paulo e *locus* de investigação desta pesquisa, é uma dessas cidades. Em diferentes épocas do ano, o município acolhe muitos trabalhadores que oferecem mão de obra relativamente barata para o cultivo da cana de açúcar, que trazem consigo suas famílias, e que compõem boa parte da população palmareense.

Considerando que a urbanização e as (i)migrações permitem que a cidade seja, por excelência, o lugar do contato entre línguas e variedades de língua, como preconizado por Calvet (2002), neste trabalho, parte-se do pressuposto de que, em razão desse fluxo migratório das regiões Norte e Nordeste para a região Sudeste, Palmares Paulista (SP) configura-se como um local de contato entre os falares nordestino e paulista, este caracterizado pela variedade falada na região Noroeste do estado de São Paulo.

Nesse sentido, o objetivo principal deste trabalho é refletir sobre a relação entre as concepções de uma professora do 1º ano do ensino fundamental (EF, daqui em diante) e suas atitudes frente ao fenômeno da variação linguística, a fim de investigar como é o tratamento dado à variação nesse contexto de alfabetização em ambiente de contato dialetal.

2 Fundamentação teórica

2.1 A Sociolinguística Variacionista: breve síntese

A teoria variacionista, também conhecida como Teoria da Variação e Mudança Linguística, tem como precursores os trabalhos de William Labov.

Conforme relata Tarallo (1990), a primeira investigação de Labov foi a que resultou na inovadora dissertação de mestrado sobre as variantes faladas na ilha de Martha's Vineyard, intitulada *The social motivation of a sound change*, defendida em 1963. Ele notou que a variedade local era mais conservadora que a variedade do continente, ainda que a ilha passasse por diversas transformações. Como era um dos municípios mais pobres de Massachusetts, a ilha tornava-se cada vez mais dependente do turismo, que, por sua vez, ameaçava a independência dos nativos. Em razão desses fatores, Labov postula que a mudança linguística é socialmente motivada e, pela primeira vez, motivações sociais foram sistematicamente propostas como explicações para a mudança sonora.

Posteriormente, em *The Social Stratification of English in New York City* (1966), um marco na pesquisa variacionista, Labov correlaciona diferentes formas de falar com características sociais dos falantes. Para isso, ele desenvolve conceitos inovadores e técnicas de investigação que influenciaram estudos sociolinguísticos e outros estudos que analisam a língua como fenômeno social. Esse trabalho configura-se como um dos mais famosos da Sociolinguística porque, ao analisar três lojas de departamento com características distintas - uma com maior prestígio e preços mais altos, outra com menor prestígio e preços mais baixos e, por fim, uma intermediária -, Labov percebeu que os vendedores, que compartilhavam as mesmas características socioeconômicas, aproximavam sua pronúncia à fala do público que eles atendiam. Portanto, uma das conclusões da investigação foi a de que o prestígio da loja e as condições de trabalho eram fatores condicionadores de variação.

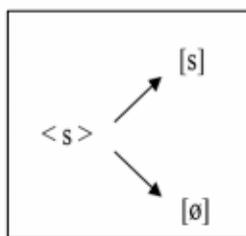
Para Labov (2008 [1972]), o objeto de estudo da Teoria da Variação e Mudança Linguística é a língua em uso nos momentos em que os falantes prestam pouca ou nenhuma atenção ao modo como falam, ou seja, quando é mínimo o grau de monitoramento. A variação ocorre, então, quando uma regra, vista como categórica, passa a concorrer com outra, tornando-se, assim, uma regra variável, até que uma delas alcance o estatuto de categórica mais uma vez. As variáveis sociolinguísticas, de acordo com a concepção laboviana, estão relacionadas a variáveis sociais e estilísticas, apresentam significados e valores sociais e estão sujeitas a avaliações tanto por parte dos falantes quanto por parte dos ouvintes.

Uma das maiores preocupações dos estudos sociolinguísticos em relação aos procedimentos metodológicos e à coleta de dados é a de realizar observação sobre o uso empírico da língua minimizando a interferência do pesquisador, pois, sem uma observação neutra, é possível que os dados sejam frutos de uma fala mais monitorada e, conseqüentemente, mais distante do vernáculo. A necessidade de coletar dados linguísticos naturais sem que os falantes deixem de agir naturalmente a fim de descobrir como eles falam quando não estão sendo sistematicamente observados é chamada por Labov (2008 [1972]) de *paradoxo do observador*.

A presença do pesquisador é fundamental para a coleta de dados, porém, ela pode causar interferências na naturalidade das comunicações observadas. Na tentativa de superar esse *paradoxo*, Labov (2008 [1972]) afirma que um dos caminhos possíveis é eliminar eventuais constrangimentos decorrentes da situação de entrevista, lançando mão de procedimentos que possam desviar a atenção do falante e, assim, fazer surgir o vernáculo, isto é, “o estilo em que se presta o mínimo de atenção ao monitoramento da fala” (p. 244). Tarallo (1990), por sua vez, trata de duas alternativas possíveis para superá-lo: a primeira seria uma abordagem que assegure a participação do pesquisador com o mínimo de interferência possível; a segunda, por outro lado, consiste numa abordagem em que o pesquisador não participa diretamente das situações de comunicação.

Tratemos ainda, brevemente, da distinção - muito cara aos estudos sociolinguísticos - entre variáveis e variantes linguísticas: uma variável linguística é um conjunto de variantes, que, por sua vez, são as diversas formas de dizer a mesma coisa em um mesmo contexto com o mesmo valor de verdade. Veja-se, a esse respeito, o exemplo apresentado por Tarallo (1990) referente à marcação de plural no sintagma nominal no português brasileiro (PB, daqui em diante):

Figura 1 – Esquema de representação da marcação de plural no SN em PB



Fonte: Adaptado de Tarallo (1990)

O esquema exemplifica uma variável linguística, conceito que, usualmente, concebemos como o lugar na gramática em que a variação está localizada - no caso, a marcação de plural no SN. A essa variável, correspondem duas formas que concorrem para sua expressão, ou seja, “adversárias” no campo de batalha da variação: a primeira delas é a presença do morfema gramatical [s], que representa a marcação de pluralidade, enquanto a segunda é a ausência desse morfema, ou seja, a forma zero [∅], que indica a ausência de pluralidade. As variáveis compõem, junto das variantes linguísticas e de outros diversos elementos, os sistemas linguísticos das línguas naturais.

A partir desse exemplo, Tarallo (1990), retomando os postulados de Weinreich, Labov & Herzog (1968 [2006]) e Labov (2008 [1972]), ressalta que a variação linguística pode ser sistematizada, fazendo com que o aparente caos linguístico passe a ser visto como um sistema estruturado, sendo a busca por essa sistematização da variação linguística o objetivo dos estudos sociolinguísticos.

2.2 Variação linguística e ensino de Língua Portuguesa no Brasil

Conforme relata Freitas (1996), a Sociolinguística contribuiu muito para os avanços em questões educacionais, principalmente em se tratando de estimular estudos com o objetivo de construir novas metodologias que auxiliem os professores a desenvolver, nas crianças, habilidades cognitivas necessárias a uma aprendizagem mais ampla e, também, a lidar com a variação linguística em sala de aula; assim, o tratamento dado à variação linguística em sala de aula constitui objeto de muita reflexão.

De acordo com Bortoni-Ricardo (2005), os aspectos linguístico-culturais dos alunos devem ser respeitados e não violentados pela tentativa de substituição dessa variedade pela língua institucionalizada, que é ensinada na escola e está presente nos documentos oficiais. De acordo com ela, os alunos devem ser conscientizados sobre a diversidade linguística com o propósito de que entendam que existem duas ou mais formas de dizer a mesma coisa e que “essas formas alternativas servem a propósitos comunicativos distintos e são recebidas de maneira diferenciada pela sociedade” (p. 15).

Os materiais didáticos utilizados no ensino público brasileiro são, na maioria das vezes, a principal ferramenta utilizada pelos professores em sala de aula. Portanto, devem, também, ser objeto de reflexão e discussão. É necessário

que sejam fornecidos ao público escolar livros didáticos de boa qualidade teórico-metodológica, conectados com os avanços dos estudos da educação e das ciências da linguagem (BAGNO, 2013).

Castilho (1978), inclusive, já apontava que os métodos e os materiais de ensino não estavam alinhados às reflexões dos cientistas da linguagem e que os nossos cursos de licenciatura apresentavam diversos problemas no que se refere à formação de professores de língua materna.

Bagno (2013) observa que algumas coleções de livros analisadas por ele³ se fundamentam, principalmente, na ideia de que determinadas palavras ou construções sintáticas não existem porque não se encontram nos compêndios gramaticais que prescrevem a norma-padrão. Entretanto, ele afirma que determinadas construções existem, ainda que sejam condenadas pela estreita - e estrita - norma-padrão; de outra forma, não seria necessário sequer que tais construções fossem apresentadas aos estudantes por meio das obras didáticas. Há, portanto, uma clara diferença entre existir e ser condenado. De acordo com o autor, os livros didáticos analisados, quando não recorrem ao discurso da inexistência, valem-se de um nebuloso conceito de informalidade.

Ademais, conforme aponta Bagno (2013), as obras de caráter convencional são as mais escolhidas pelo professorado, provavelmente porque eles recebem uma formação deficiente durante a graduação, além das condições de trabalho desanimadoras às quais são submetidos. Obras inovadoras requerem tempo de leitura e reflexão e formação teórico-metodológica suficientes para lidar com as questões que os livros sugerem e solicitam, condições nem sempre propiciadas aos docentes dos ensinos fundamental e médio.

No que se refere à formação das professoras e dos professores que atuam na educação básica, Bagno declara que a estrutura dos cursos de Letras e Pedagogia - sejam os ofertados por faculdades privadas, sejam os ofertados em universidades públicas - apresenta diversos problemas, principalmente em relação ao modo como são ministrados os conteúdos relacionados aos conhecimentos linguísticos, através de disciplinas de Linguística que, comumente, estão desconectadas das teorias de ensino-aprendizagem de língua materna que embasam as políticas de educação linguística (BAGNO, 2013).

³ Em *Sete erros aos quatro ventos* (2013), Bagno analisou o tratamento dado à variação linguística em 24 coleções de livros didáticos de Língua Portuguesa destinados a alunos do segundo ciclo do EF, aprovados e distribuídos pelo Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2008.

Afirma Bagno (2008) que a escola que pretende oferecer uma educação linguística a seu alunado deve desconstruir os discursos de discriminação que envolvem as relações entre língua e sociedade através do reconhecimento da heterogeneidade ordenada da língua, assim como da quebra de preconceitos, mitos e juízos de valor arraigados em nossa sociedade. Um ensino de língua materna que esteja de fato comprometido com uma boa educação linguística buscaria, assim, levar o aprendiz a entrar em contato com a norma-padrão, não condenando as variedades do PB, mas confrontando o que é pregado por este conjunto de regras consideradas da língua padrão e o que é realmente produzido pelos falantes mais escolarizados, ou pelos menos escolarizados, em diversos contextos de interação verbal.

É nesse sentido que a pesquisa descrita neste trabalho procura examinar como a professora alfabetizadora concebe a relação entre o fenômeno da variação e o ensino de língua portuguesa (LP, daqui em diante), com o propósito de comparar a concepção que a docente explicita ter ao tratamento dado à variação em suas aulas de alfabetização, em um contexto escolar favorável à presença de variantes dialetais. Busca-se, assim, de modo mais amplo, contribuir para o debate acerca da importância da abordagem da variação linguística no ensino de língua materna.

3 Aspectos metodológicos

3.1 Observação participante e entrevista semiestruturada

Na medida em que nosso propósito neste trabalho é refletir sobre o que diz e o que efetivamente faz uma professora alfabetizadora em relação à variação linguística - em especial, a diferentes variedades regionais do PB -, valemo-nos dos pressupostos da abordagem qualitativa adotada nas pesquisas etnográficas sobre questões educacionais.

Conforme afirma Freitas (1996), para conhecer o universo escolar em toda sua complexidade, a escola deve se tornar ambiente de investigação e, por consequência, fonte direta de dados. Assim, de acordo com a autora, pesquisas que investigam questões educacionais devem dar mais ênfase ao processo que ao produto, isto é, aos caminhos pelos quais se busca compreender as perspectivas

dos sujeitos envolvidos na questão investigada, o que se alcança por meio da observação participante.

A observação participante, um dos procedimentos metodológicos da pesquisa etnográfica, é uma estratégia dos estudos antropológicos muito utilizada por linguistas, cuja preocupação central é a maneira como as pessoas veem a si mesmas e o mundo que as cerca, conforme descreve André (2009). De acordo com a autora, são diferentes as preocupações centrais de antropólogos e educadores, de modo que alguns requisitos da etnografia tornam-se dispensáveis nos estudos educacionais, como, por exemplo, o contato com outras culturas, a longa permanência do pesquisador em campo e o uso de categorias sociais amplas na análise dos dados.

Assim sendo, na tentativa de investigar o tratamento dado à variação linguística dentro de sala de aula, empreendemos não a perspectiva da etnografia em seu sentido mais estrito, mas um estudo de base etnográfica aplicado à educação, dado que esse tipo de trabalho permite que o pesquisador “aproxime-se de pessoas, situações, locais e eventos, mantendo contato direto e prolongado” (ANDRÉ, 2009, p. 26). Dessa forma, buscamos fazer com que as crianças, a professora e as situações comunicativas fossem observadas em sua manifestação natural e corriqueira.

A observação empreendida na primeira etapa desta pesquisa foi realizada ao longo do ano letivo de 2019 em uma turma de 1º ano do EF, perfazendo um total de 60 horas-aula. Desenvolvemos essa etapa da investigação a partir da observação presencial em sala de aula, registrando em diário de campo os aspectos relevantes à pesquisa, como, por exemplo, a reação das crianças e da professora a possíveis marcas dialetais. Cabe ressaltar que tomamos o cuidado de iniciar a observação após transcorrido um mês do início do ano letivo, a fim de garantir a ocorrência de contato mais efetivo entre os alunos e, deste modo, maior probabilidade de interação linguística entre eles.

Na segunda etapa da pesquisa, utilizamos a entrevista semiestruturada como instrumento de coleta de dados. Triviños (2009) considera que as entrevistas semiestruturadas podem oferecer aos informantes todos os caminhos possíveis para que a liberdade e espontaneidade desejadas sejam alcançadas, enriquecendo, em razão disso, a investigação. Além disso, o autor afirma que

Podemos entender por entrevista semi-estruturada, em geral, aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que

interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem respostas do informante (TRIVIÑOS, 2009, p. 146).

A entrevista realizada com a docente que atua nessa turma de alfabetização divide-se em duas partes: na primeira, há perguntas mais gerais sobre informações pessoais, vida escolar, formação acadêmica e histórico de atividade profissional da entrevistada; na segunda, encontram-se perguntas relacionadas ao trabalho com o ensino de LP. Ocorrida em novembro de 2020, a entrevista foi realizada em apenas uma sessão de aproximadamente 50 minutos, por meio de videochamada⁴. Durante a conversa, procuramos garantir que as respostas fossem dadas naturalmente, logo após as perguntas, para evitar possíveis consultas a dados da internet, bem como não permitimos que a chamada fosse interrompida.

Do universo de questões do roteiro que elaboramos para a realização da entrevista, destacamos, para este trabalho, a seguinte: (i) *Como você definiria variação linguística?*

Neste texto, debruçamo-nos sobre as respostas da professora a essa questão, traçando paralelos entre essas respostas e as atitudes observadas em campo e tentando identificar convergências ou divergências entre o que se diz e o que efetivamente se faz.

3.2 Os sujeitos da pesquisa⁵

Escolhemos trabalhar com crianças do 1º ano do EF, que se encontram em fase inicial de alfabetização, pois, de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), este momento de aprofundamento de experiências com as linguagens oral e escrita já iniciadas na família e na educação infantil é responsável por oferecer aos estudantes possibilidades de construção de conhecimento por meio da utilização de práticas de linguagem em situações reais de interação (BRASIL, 2017). Portanto, participaram da pesquisa, na

⁴ A escolha do formato de entrevista online se deu por conta da pandemia de COVID-19. No ano de 2020, todas as escolas municipais de Palmares Paulista (SP) interromperam suas atividades presenciais (Decreto nº 25, de 18 de março de 2020), impossibilitando que realizássemos a entrevista presencialmente.

⁵ Em cumprimento às exigências éticas relacionadas a pesquisas que, de algum modo, envolvem seres humanos, o desenvolvimento desta pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética (CEP) do IBILCE/UNESP (Parecer nº. 3.804.363/2019).

condição de alunos da turma observada, 21 crianças (11 meninas e 10 meninos) na faixa etária entre 6 e 8 anos, filhas e filhos dos moradores do município, sejam eles nativos ou não. Boa parte dessas crianças são filhas de pessoas com pouca escolarização, trabalhadores que atuam, principalmente, nas lavouras de cana ou como funcionários nas usinas sucroalcooleiras da região, servindo, geralmente, como mão de obra barata. Conforme a coordenadora pedagógica e a professora, nesta turma, assim como em toda a escola, é expressiva a quantidade de estudantes pertencentes a famílias de origem nordestina e/ou nascidos na Bahia, principalmente.

Dado o objetivo de investigar o papel do professor de sala de aula no tratamento dado ao fenômeno da variação em ambiente escolar, também participou da pesquisa a professora responsável por essa turma de alfabetização. A docente é natural do estado de São Paulo (mais precisamente, do Noroeste paulista), tem 36 anos de idade, cursou toda a educação básica em escolas públicas da região e é, hoje, funcionária pública efetiva, além de trabalhar em uma escola privada na cidade de Catanduva (SP). Desde quando começou a prestar serviços para o município de Palmares Paulista (SP), ela atua exclusivamente em salas de aula. Concluiu o Normal Superior em 2001, graduou-se em Pedagogia em 2004 e cursou, também no início dos anos 2000, pós-graduação *lato sensu* em Psicopedagogia.

No quadro a seguir, encontram-se as principais informações que compõem o perfil da docente.

Quadro 1. Dados pessoais, formação e experiência profissional da docente investigada

Idade e sexo/gênero	36 anos - Feminino
Naturalidade	Palmares Paulista (SP)
Cursou a educação básica em escola pública ou privada?	Pública
Formação de nível médio e ano de conclusão	Normal Superior / 2001
Formação de nível superior e ano de conclusão	Licenciatura em Pedagogia / 2004
Cursou o ensino superior em instituição pública ou privada?	Privada
Cursou pós-graduação?	Sim
Tempo, em anos, de atuação na docência	15

Fonte: Elaborado pelo autor

4 Análise dos dizeres e fazeres da professora alfabetizadora

Para atender aos objetivos propostos, decidimos investigar o que a professora entendia por *variação linguística*, partindo da ideia de que suas crenças⁶ em relação a esse fenômeno podem trazer implicações em sua prática docente.

Em resposta à pergunta *Como você definiria variação linguística?*, a docente afirma que

(01) *A variação linguística é algo que a gente tem que valorizar e a gente tem que respeitar, né... principalmente por causa do sotaque [...] nessa variação entra o sotaque, entra a regionalidade [...]*

(02) *Tem certas palavras que a gente ouve que eu já tentei corrigir muito, mas que hoje eu paro e falo “perai”... então eu apresento o que seria correto, mas a criança nem sempre muda.*

Como vemos no excerto (01), a professora declara que a variação deve ser valorizada e respeitada, além de destacar, como seus elementos representativos, o sotaque e o que ela chama de regionalidade, que acreditamos estar relacionado a expressões típicas dos falares de outras variedades do PB.

Contudo, no excerto (02), observamos que ela trata da dificuldade em corrigir “*certas palavras que a gente ouve*” e declara que apresenta “*o que seria correto, mas a criança nem sempre muda*”, revelando uma postura corretiva em sua prática docente. Apesar de dizer, em um primeiro momento, que a variação - especialmente a diatópica - deve ser objeto de valor e de respeito, há momentos em que ela enxerga esse fenômeno como sendo passível de correção; desse modo, percebemos que subjacente à sua crença sobre variação reside a crença de que existe, em se tratando de língua, a oposição entre *certo* e *errado*.

Conforme expõe Bagno (2002), porém, do ponto de vista científico “não existe erro em língua, o que existe é variação e mudança, e variação e mudança não são ‘acidentes de percurso’: muito pelo contrário, elas são constitutivas da natureza de todas as línguas humanas vivas” (p. 71-72).

⁶ Neste trabalho, concebemos *crenças* como “uma forma de pensamento, construções da realidade, maneiras de ver e perceber o mundo e seus fenômenos, co-construídas em nossas experiências resultantes de um processo interativo de interpretação e (re)significação” (BARCELOS, 2006, p. 18).

Essa postura fortemente corretiva e intolerante a traços dialetais pôde ser percebida em um dos momentos de observação que realizamos. Numa das aulas, a professora fazia a chamada oral do alfabeto até o momento em que um aluno, nascido no estado da Bahia, pronunciou [‘fe], traço característico da variedade baiana, em vez de [‘efi], pronúncia característica dos falares do Centro-Sul. Prontamente, ela dirige-se ao aluno, em tom de voz elevado, dizendo que o modo correto de se pronunciar aquela letra seria [‘efi], reforçando, assim, o que Martins, Vieira e Tavares (2014) chamam de *cultura de substituição* da variedade do aluno.

Em outro momento, a professora estava corrigindo alguns exercícios em sua mesa, enquanto as crianças se preparavam para o intervalo; eis que, então, uma das alunas da turma, nascida no estado de São Paulo, ao perguntar em que horário seria a próxima aula de inglês, produziu a variante *ingrês*, um fenômeno de variação fonológica muito recorrente em nossa língua, que não se restringe a uma ou outra variedade do PB, mas persiste na fala de determinados grupos sociais. Chamado de rotacismo, conforme a terminologia de Silva (2000), trata-se da alternância entre a consoante lateral alveolar [l] e as alveolares tepe [r] ou vibrante [ř], em posição de coda silábica. A postura corretiva da professora para com a aluna que o produziu claramente indica sua atitude coercitiva de substituição de uma forma julgada “errada” por outra “correta”, apesar de a docente reconhecer, como aponta em sua resposta à entrevista, a existência de variação linguística, bem como a importância de sua valorização.

Outro ponto a ser analisado no tocante às crenças e atitudes pedagógicas da professora é que, aparentemente, ela estabelece uma diferenciação quanto à presença de variação linguística nas escolas em que leciona. Vejamos o excerto (03) a seguir.

(03) No particular, [a variação linguística] quase que não existe, viu... é bem difícil encontrar ali.

De acordo com ela, na escola da rede privada, poucos são os fenômenos de variação que se podem perceber, reafirmando, assim, a visão de que a variação linguística está presente, principalmente, na fala de indivíduos de classe social mais baixa. Essa visão mais tradicional, conforme Bagno (2013), é contrária àquela preconizada pelas propostas didáticas mais contemporâneas (BRASIL, 1998, 2017), que destacam o conhecimento que as crianças, enquanto falantes

nativos, têm de sua língua e propõem, dessa forma, um ensino de língua que, por meio de uma abordagem mais reflexiva, possa promover a ampliação de suas competências linguísticas e comunicativas. Acerca disso, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) orientam:

Os conhecimentos linguísticos construídos por uma criança que inicia o primeiro ciclo serão tanto mais aprofundados e amplos quanto o permitirem **as práticas sociais medidas pela linguagem pelas quais tenha participado até então** [...] é usando a linguagem que [a criança] constrói sentidos sobre a vida, sobre si mesma, sobre a própria linguagem. Essas são as principais razões para, da perspectiva didática, tomar como ponto de partida **os usos que o aluno já faz da língua ao chegar à escola**, para ensinar-lhe aqueles que ainda não conhece (BRASIL, 1998, p. 67, grifos do autor).

Também nesse sentido, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) declara que

Ao componente de Língua Portuguesa cabe, então, proporcionar aos estudantes experiências que contribuam para a ampliação dos letramentos, de forma a possibilitar a participação significativa e crítica nas diversas práticas sociais permeadas/constituídas pela oralidade, pela escrita e por outras linguagens (BRASIL, 2017, pp. 67-68).

Em síntese, a docente demonstra ter conhecimentos básicos sobre a existência de variedades linguísticas - especialmente as regionais - e sobre a importância de se reconhecer, respeitar e abordar o fenômeno da variação. Entretanto, ainda que demonstre buscar um tratamento mais respeitoso da variação, essa preocupação parece não se refletir em sua atitude corretiva diante da ocorrência de variação em sala de aula, sejam marcas dialetais ou traços graduais do PB, conforme a terminologia proposta por Bortoni-Ricardo (2004).

Com base numa visão normativista e prescritivista, a alfabetizadora assume postura corretiva e coercitiva perante a heterogeneidade da língua que ensina. Ademais, após as imediatas intervenções feitas por ela, não houve, em momento algum, a criação de situações a partir das quais, por meio de uma abordagem reflexiva, fosse valorizado o conhecimento linguístico construído pelo aluno até então, bem como não houve, também, a promoção de discussões sobre o tema, a fim de que as crianças compreendessem melhor a

heterogeneidade das línguas, especialmente em se tratando da diversidade sociolinguística do PB.

Considerações finais

O presente trabalho teve como principal objetivo investigar a relação entre as crenças e atitudes de uma professora dos anos iniciais do EF no que diz respeito à variação linguística em um contexto de contato dialetal ainda pouco estudado do ponto de vista sociolinguístico, porém, fértil para o empreendimento de novos estudos. Por meio de observação em sala de aula e da realização de entrevista semiestruturada, buscamos examinar aproximações e distanciamentos entre os dizeres e fazeres da professora alfabetizadora no que se refere ao tratamento dado à variação dentro do ambiente escolar.

A partir dos dados levantados com a entrevista, foi possível detectar as crenças que a professora alfabetizadora que atua nesse contexto de diversidade dialetal tem sobre variação linguística e ensino de LP como língua materna. A professora demonstra possuir conhecimentos básicos sobre o tema, ainda que não haja posição teórica consistente subjacente às suas crenças.

Em suas práticas na sala de aula, há situações em que a professora assume uma postura corretiva e preconceituosa em relação à diversidade linguística, associando-a imediatamente à noção de erro. Assim, do contraste entre suas crenças e conhecimento a respeito da variação linguística e sua prática pedagógica em sala de aula, depreende-se que, embora conceba, muitas vezes, variação como “erro”, há consciência por parte da docente a respeito da importância de ensinar às crianças o respeito à diversidade linguístico-cultural do povo brasileiro.

Ainda que não consistente com a prática no caso investigado, essa conscientização docente se mostra muito importante, especialmente em contextos de contato entre pessoas de diferentes regiões do país, como é o caso de migrantes nordestinos que vivem em Palmares Paulista (SP).

Acreditamos que, assim como o abandono à ideia de variedade linguística como “erro”, a sensibilização docente em relação à dimensão variável é de extrema importância e urgência, pois, dessa forma, os alfabetizadores terão condições de realizar intervenções pedagógicas fundamentais, sem desconsiderar e/ou desvalorizar as variedades de língua. Levando-se em consideração, com

seriedade, as consequências negativas causadas pelo preconceito linguístico, concordamos com Camacho (2011) ao salientar que:

As formas alternativas de expressão podem conviver harmoniosamente na sala de aula; cabe ao professor o bom senso de discriminá-las adequadamente, fornecendo ao aluno as chaves para ele perceber as diferenças de valor social entre as variedades que lhe permita depois selecionar a mais adequada, conforme as exigências das circunstâncias de interação (p. 49).

Referências bibliográficas

- ANDRÉ, M. E. D. A. de. *Etnografia da prática escolar*. Campinas: Papirus, 2009.
- BAGNO, M. A inevitável travessia: da prescrição gramatical à educação linguística. In: BAGNO, M.; GAGNÉ, G. STUBBS, M. *Língua materna: letramento, variação e ensino*. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.
- _____. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz?*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- _____. *Sete erros aos quatro ventos: a variação linguística no ensino de português*. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.
- BARCELOS, A. M. F. Cognição de professores e alunos: tendências recentes na pesquisa de crenças sobre ensino e aprendizagem de línguas. In: BARCELOS, A. M. F.; VIEIRA-ABRAHÃO, M. H. (Org.). *Crenças e ensino de línguas: foco no professor, no aluno e na formação de professores*. Campinas: Pontes, 2006. pp. 15-41.
- BORTONI-RICARDO, S. M. *Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- _____. *Nós chegemos na escola, e agora?* Sociolinguística & Educação. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 26 jul. 2021.
- _____. *Parâmetros Curriculares Nacionais: língua portuguesa*. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Fundamental, 1998. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/pcn/livro02.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2021.
- CAMACHO, R. G. Norma culta e variedades linguísticas. In: Universidade Estadual Paulista. Prograd. *Caderno de formação: formação de professores de didática geral*. São Paulo: Cultura Acadêmica, v. 11, pp. 34-49, 2011.
- CASTILHO, A. T. de. Variação dialetal e ensino institucionalizado da língua portuguesa. *Caderno de Estudos Linguísticos*, Campinas, n. 1, pp. 13-20, 1978.

A ABORDAGEM DA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NO ENSINO FUNDAMENTAL EM AMBIENTE DE CONTATO DIALETAL: BREVE ANÁLISE SOBRE O DIZER E O FAZER DE UMA PROFESSORA ALFABETIZADORA

FREITAS, V. A. de L. *A variação estilística de alunos de 4ª série em ambiente de contato dialetal*. 1996. 193f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília.

LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].

MARTINS, M. A.; VIEIRA, S.; TAVARES, M. A. Contribuições da sociolinguística brasileira para o ensino de português. In: MARTINS, M. A.; VIEIRA, S.; TAVARES, M. A. *Ensino de português e sociolinguística*. São Paulo: Contexto, 2014.

SILVA, T. C. *Fonética e fonologia do português: roteiro de estudos e guia de exercícios*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

TARALLO, F. *A pesquisa sociolinguística*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1990.

VILELA, R. A. T. O lugar da abordagem qualitativa na pesquisa educacional: retrospectiva e tendências atuais. *PERSPECTIVA*, Florianópolis, v. 21, n. 2, pp. 431-466. jul./dez. 2003.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006 [1968].